



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Santa Casa da Misericórdia de Alvaizere**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de Balanço de 4.695.626 Euros e um total de Fundo de Capital de 3.679.871 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.257.909 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor não lucrativo Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. A Instituição não dispõe de um registo sistemático informático dos bens que compõem as rubricas do ativo fixo tangível e propriedades de investimento que permitam a identificação física dos mesmos. Por conseguinte, não nos foi possível confirmar a inclusão da totalidade dos referidos bens nas demonstrações financeiras, assim como os respetivos valores de aquisição, depreciações acumuladas e depreciações do exercício. Ainda no âmbito daquelas rubricas, importa referir que não existe integralidade entre os imóveis que se encontram registados na Conservatória do Registo Predial, na Autoridade Tributária e na contabilidade, embora seja nossa convicção de que esta limitação será ultrapassada no curto prazo uma vez que os Serviços Administrativos já se encontram a promover as diligências necessárias junto daquelas entidades públicas por forma a colmatar as falhas de registo existentes, que respeitam sobretudo a prédios rústicos doados a favor da Instituição.
8. Da análise efetuada à rubrica de Clientes concluímos que não existe integralidade entre os saldos evidenciados na contabilidade e os saldos evidenciados nos vários softwares de gestão comercial. Por conseguinte, não nos foi possível validar a composição e valorização da plenitude dos saldos que se encontram evidenciados naquela rubrica.
9. A 31 de dezembro de 2015 a rubrica de acréscimos de gastos não evidencia qualquer montante respeitante aos encargos com férias e subsídio de férias de 2015, assim como dos respetivos encargos sociais, que serão processados e pagos em 2016. Por conseguinte, o passivo encontra-se subavaliado e o resultado líquido do exercício sobreavaliado no montante de cerca de 147.000 Euros.



OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima e exceto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo 9 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Alvaizere**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector Não Lucrativo em Portugal.

ÊNFASES

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

11.1 As demonstrações financeiras respeitantes ao exercício de 2015 foram aprovadas por unanimidade na Assembleia Geral realizada no dia 22 de abril de 2016.

11.2 Conforme referido no ponto 5 – Ativos Fixos Tangíveis/Propriedades de Investimento do Anexo às Demonstrações Financeiras e conforme referido no ponto 3 do Relatório de Gestão, a Instituição alienou um imóvel que lhe tinha sido doado por testamento, contrariando a vontade expressa do testador que impedia a sua alienação. Contudo e tendo em conta que o fruto daquela operação foi utilizado em novos investimentos da Instituição, na prossecução dos seus fins estatutários, julgamos que a mesma é aceitável e justificável. Ainda a este respeito, importa destacar o facto daquela alienação ter sido aprovada pelos irmãos em Assembleia Geral Extraordinária realizada para no dia 22 de maio de 2015.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras.

Coimbra, 20 de fevereiro de 2019


Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda - (SROC nº 226)
representada por
Luís Miguel Lopes Ferreira - (ROC nº 1844)